



Educação Infantil: A Ação Docente no Processo de Ensino e Aprendizagem

Elaine Cristine da Silva Dias¹; Aurênia Pereira de França²

Resumo: O artigo elaborado para conclusão de curso tem como tema central a Educação Escolar em seus anos iniciais e como a ação do docente pode facilitar o processo de ensino aprendizagem para as crianças. Para tal empreendimento acadêmico serão analisados aspectos inerentes ao processo educacional nos anos iniciais e se focará também nas ações implementadas pelos professores durante o processo de ensino aprendizagem. É nesse contexto que se buscará refletir sobre o tema proposto para estudo. A metodologia aplicada para elaborar o trabalho foi de estudos bibliográficos através de livros, artigos, revistas, meio virtual que abordem o tema em questão. Fez-se uma pesquisa de cunho qualitativo descritivo, buscando resultados em um questionário de sondagem contendo apenas duas perguntas direcionadas a uma professora da Educação Infantil para tornar explícita suas dificuldades e seus anseios no fazer pedagógico junto aos alunos da Educação Infantil. O objetivo geral foi refletir sobre a Educação Escolar nos anos iniciais e os objetivos específicos serão a abordagem da ação do docente na Educação Infantil e quais as ações que são utilizadas no processo de ensino aprendizagem das crianças. O referido estudo está embasado nos autores Kato (2005), Vygotsky (1987) e Zabala (1998), entre outros.

Palavras-Chave: Ação Docente, Anos Iniciais, Educação Infantil, Processo de Ensino Aprendizagem.

Child Education: The Teacher Action In The Teaching And Learning Process

Abstract: The article prepared for the conclusion of the course has as its central theme the School Education in its early years and how the action of the teacher can facilitate the process of teaching learning to children. For this academic endeavor, aspects inherent to the educational process will be analyzed in the early years and will also focus on the actions implemented by the teachers during the teaching-learning process. It is in this context that we will seek to reflect on the theme proposed for study. The methodology applied to elaborate the work was of bibliographical studies through books, articles, magazines, virtual means that approach the subject in question. A descriptive qualitative research was conducted, searching for results in a survey questionnaire containing only two questions directed to a preschool teacher to make explicit her difficulties and anxieties in the pedagogical practice with the preschool students. The general objective was to reflect on school education in the early years and the specific objectives will be the approach of the teacher action in early childhood education and which actions are used in the process of teaching and learning of children. This study is based on the authors Kato (2005), Vygotsky (1987) and Zabala (1998), among others.

Keywords: Teaching Action, Early Years, Early Childhood Education, Teaching Process Learning.

¹ Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC). elayne34crystina@gmail.com;

² Orientadora. Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC).

Introdução

O presente artigo tem como foco central, refletir sobre a Educação Infantil na contemporaneidade e como a atuação do docente pode trazer novas perspectivas ao processo de ensino e aprendizagem das crianças nos anos iniciais da Educação Infantil.

Para elaboração do trabalho será adotada metodologicamente uma pesquisa bibliográfica em livros, revistas, internet e demais meios de informações sobre o tema. Foi realizada uma pesquisa de campo junto à Creche Cantinho do Céu com um questionário elaborado e aplicado a dois professores da Educação Infantil.

A problematização da pesquisa se insere no contexto de que os professores da Educação Infantil devem sempre estar bem preparados para entender a dinâmica do ensino e aprendizagem em sala de aulas com crianças nos anos iniciais. O tema se justifica, considerando-se que muitos professores necessitam de uma boa formação pedagógica para bem exercerem suas funções em salas de aula. O objetivo é analisar a atuação do docente nos anos iniciais e como adotar métodos eficientes ao processo de ensino e aprendizagem.

Considerando que atuação eficiente e eficaz do professor nos anos iniciais é essencial para as crianças a serem alfabetizadas a pesquisa tem em autores fundamentais como Vygostky, Piaget e Zabala um referencial teórico de grande valor para os graduandos em Pedagogia e áreas afins na Educação.

Conceituando Educação Infantil - Aspectos legais

De acordo com a Lei n. 9.394/96 (LDB) a Educação Infantil é uma etapa da educação básica e compreende o atendimento às crianças de 0 a 5 de idade, dividida em modalidades: creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 5 anos) as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos e privados que cuidam e educam de crianças em jornada integral, na maioria dos casos das creches, ou parcial, no caso das pré-escolas, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetido a controle social.

Pela Lei nº 9.394/96, lei que destina somente três artigos sem grande relevância para tal etapa de ensino, a Educação Infantil, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança

até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

De acordo com Faria (1999) na atualidade a Educação Infantil tem por finalidade cumprir o seguinte tripé: cuidar, brincar e educar, realizando no seu interior um trabalho de caráter educativo, visando garantir assistência, alimentação, saúde e segurança com condições materiais e humanas que tragam benefícios sociais e culturais para as crianças atendidas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares.

Panorama histórico sobre a Educação Infantil no Brasil

Sabe-se que nas últimas décadas teve uma expansão de grande porte. Afinal no Brasil, a sociedade como um todo, tem-se mostrado mais consciente sobre a importância das primeiras experiências educativas na primeira infância. O sistema educacional brasileiro de fato, passou por intensas transformações, sobretudo depois da década de 1970 e atingiu seu auge com a Constituição Federal de 1988, que passou a reconhecer o papel do Estado em fornecer creches e pré-escolas para todas as crianças de 0 a 6 anos, o que está implícito no artigo 208, inciso IV da CF. Soma-se a isso o direito à educação no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA de 1990.

Segundo Kuhlmann (1998) uma das maiores defesas da implantação do jardim de infância no Brasil foi feita por Rui Barbosa, em 1822, em um parecer apresentado na Câmara do Império, sobre a Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. Para esse eminente político a proposta educativa a ser considerada para a educação da infância era a de Froebel.

Já a creche, que foi criada na França em 1844, como instituição para crianças até três anos, encontra mais força para sua difusão interna e internacional na década de 1870 – chegando ao Brasil – a partir das descobertas no campo da microbiologia, onde se viabilizou a amamentação artificial. Com estes avanços, os médicos ganharam um papel predominante nas

discussões sobre a criança. Na educação, essa influência foi fundamental, pois muitos médicos redirecionaram suas atividades profissionais ou políticas à educação. Esta década, 1870, é marcada pela entrada da influência médico-higienista nas questões educacionais.

Para Kuhlmann (1998), a Lei do Ventre Livre trazia as donas de casa o problema da educação das crianças de suas escravas. Assim as creches populares foram criadas com o objetivo não só de atender às operárias industriais, mas também às mães empregadas domésticas. Só no século XIX, é que surgem as creches voltadas para as elites.

Por outro lado, a educação pré-escolar como o jardim-de-infância em setor privado, voltado para a elite, e de orientação frobeliana foi oferecida, no Rio de Janeiro, pelo Colégio Menezes Vieira, fundado em 1875, em São Paulo, pela Escola Americana, de 1877; e o jardim de infância anexo à escola normal Caetano de Campos, de 1896, que mesmo sendo setor público, atendia aos filhos da burguesia paulistana (KUHLMANN, 1998, p. 91).

Ao analisar o contexto histórico da Educação Infantil e como a infância é concebida pela sociedade, pode-se perceber o aparecimento de diferentes posturas em relação à criança e à própria educação, fazendo surgir, assim, várias concepções de pré-escola. A atribuição de uma determinada função à escola de crianças de 4 a 6 anos, depende, portanto, da concepção que temos sobre criança, Educação Infantil e pré-escola.

Na passagem do século XIX ao XX o Brasil viveu o desenvolvimento da influência europeia para os EUA, fenômeno o qual teve expressão marcante na criação do Dia da Criança no 3º Congresso Americano da Criança, realizado no Rio de Janeiro em 1922, juntamente com o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância.

De acordo com Faria (1999), o Decreto 16.300 de 1923, que aprovou a regulamentação do trabalho feminino no Brasil, protegia a mulher trabalhadora enquanto mãe e entre suas determinações, encontra-se a obrigação da instalação de creches ou salas de amamentação, próximas ao local de prestação de serviços.

Das entidades assistencialistas, a mais importante deste período, foi o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI-RJ), fundado pelo médico Arthur Moncorvo Filho, em 24 de março de 1899. Em 1929, já possuía 22 filiais em todo o país 11 delas com creche. Tal assistência era oferecida por esta dividindo os seus serviços em puericultura intra-uterina (ginecologia, proteção à mulher grávida pobre, assistência ao parto e

ao recém-nascido) e extra-interina (distribuição de leite, creche, consulta e higiene de lactantes, exame e atestação das amas-de-leite). (KUHLMANN, 1998, p. 16).

Kramer (1999) atribui ao período inicial do atendimento pré-escolar, como de fase pré-1930, tendo um caráter de atendimento médico e sanitário. De acordo com Kuhlmann (1998) a educação para os pequenos, considerada como pré-educação obteria resultados na saúde e produziria a obediência. A pré-educação, entendida como domesticação de caprichos previa que o bebê deveria ser deixado chorando no berço até obedecer, para aprender a dormir à noite sem mamar. Tal educação teria por objetivo integrar rapidamente os pequenos à sociedade, treinando os pais e as mães, a seguir apenas as prescrições indicadas como necessárias para o bom desenvolvimento da infância.

Educação Infantil – Formação dos Professores

Pensar em trabalhar com crianças na faixa etária do 0 a 6 anos, requer uma formação pedagógica adequada e bem estruturada. De acordo com Kefta (2011) a formação adequada de professores é de suma importância, pois é através dessa que o professor torna-se capaz de exercer sua profissão com eficiência. Não sendo diferente das outras áreas da educação, a formação de docentes para o ensino infantil é fundamental, pois essa serve de base para a formação dos alunos. Assim esse processo requer cuidado e maior rigor quando o professor decida dar início a sua formação, pois este terá em suas mãos a grande responsabilidade de iniciação do processo de desenvolvimento da criança enquanto aluno, servindo de suporte para a organização do seu processo de conhecimento.

Pimenta (1992) destaca que a formação do professor nas primeiras séries no Brasil se deu pelas escolas normais de que datam do século XIX, quando em 1833 foi criada a escola Normal de Niterói-RJ, seguida da criação de várias escolas formadoras até o final do século.

Destaca-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) dispõe claramente sobre a formação de profissionais de educação em seu artigo 62.

Souza e Borges (2002) apontam para uma reflexão daqueles envolvidos na educação da criança, uma vez que muitas vezes os educadores e familiares optam por “ir embora sem a criança ver” e assim, iniciam uma relação baseada na mentira e construída com uma base distorcida, onde o vínculo de confiança é constantemente quebrado.

Então quantos passos são dados em direção aos profissionais da Educação Infantil a fim de prepará-los a práxis pedagógica melhora consideravelmente, pois vínculos são firmados e confianças estabelecidas. Logo, é importante observar os anseios e dificuldades vivenciadas por esses professores, que possuem um saber acadêmico, adquirido em sua área específica de formação docente, assim como de um saber natural, de sua própria vivência, adquirido ao longo de sua jornada pessoal e profissional. Ambos, os aspectos unem-se, gerando profissionais com visões diferentes acerca do ato de ensinar, mas cada um com suas peculiaridades contribuem para a evolução da Educação Infantil. (TARDIF, 2002, p. 44).

Os professores atuantes nessa área da educação eram vistos apenas como cuidadores, pois a educação apresentava um caráter assistencialista, no qual os pais deixavam seus filhos nas instituições com o intuito de que esses profissionais pudessem “cuidar” destes enquanto estivessem no trabalho, tirando desses a função de professores para cuidadores. Com isso, ocorre a desvalorização dos docentes que operam nessas instituições, como ocorria com frequência no país. Por isso, a recorrente formação e contratação de mulheres no magistério, por serem essas mais próximas aos cuidados com crianças, assim eram vistas como adequadas para exercer essa profissão, pois essa fase do ensino deveria estar próxima ao que a criança vivia em casa. (KEFTA, 2011, p. 67).

Considerando que a partir de 1988, a Educação Infantil foi reconhecida como direito de toda a criança de 0 a 5 anos de idade, entende-se ser importante nesse artigo fazer uma reflexão sobre a organização do trabalho pedagógico no ambiente infantil.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) descrevem que a proposta pedagógica “deve ter como objetivo garantir à criança o acesso a processos de apropriação de diferentes linguagens [...]” (BRASIL, 2010). Deste modo, o professor precisa estar em constante reflexão diante de seu trabalho.

Ferreira (2012) menciona em seus estudos a relevância de verdadeiramente se conhecer a realidade de seus alunos, ressaltando, que a criança deve ser considerada o centro do planejamento, ou seja, a organização do tempo e do espaço é essencial para que o trabalho pedagógico possa ser realizado de maneira significativa.

Um centro de Educação Infantil de qualidade preza por aspectos essenciais, como locais amplos e de fácil acesso, planejamento e organização de atividades, atendendo diferentes capacidades do desenvolvimento da criança. Portanto, paralelo ao espaço e os materiais, deve-

se pensar na organização da rotina, já que a ordem e a sequência das atividades contribuem para a criança sentir-se segura e compreender o contexto em que está vivenciando. (GIL, 2014, p. 12).

De acordo com Barbosa (2006) a rotina necessita de uma consciência crítica do professor em compreender que a mesma é responsável pela organização e cumprimento das metas do dia-a-dia escolar, visando o desenvolvimento integral da criança. As rotinas que estão sempre presentes nas propostas pedagógicas e nas práticas das instituições de Educação Infantil tornam-se um elemento indiscutível por estarem profundamente ligadas a uma tradição social e educacional, não fazendo, assim, parte das discussões pedagógicas, das teorizações da Educação Infantil e de uma tomada consciente de decisão do educador ou da equipe de trabalho das instituições de educação e cuidados das crianças pequenas.

Evidentemente que ao se adentrar em uma instituição de Educação Infantil, a primeira percepção que nos vem à mente é a organização dos espaços, os componentes, movimentos, equipamentos e sujeitos. Nesse espaço, um dos elementos potencializadores de uma prática eficiente e eficaz é a ludicidade.

Segundo Feijó (1992) a palavra “lúdico” origina da palavra “ludus” que significa “jogo”. Com sua evolução, levando em consideração os estudos sobre a Psicomotricidade, passa a representar também outros tipos de práticas, como brincadeiras, os brinquedos e seus respectivos significados. O lúdico faz parte das atividades espontâneas das crianças e não importa o resultado desta ação e, sim, o movimento vivenciado, a busca da afetividade, a socialização, a cooperação, as descobertas, o autoconhecimento, a imaginação, enfim, tantos outros atributos indispensáveis para desenvolvimento potencial das crianças.

Kato (2005) aponta os teóricos Piaget, Bruner e Vigotsky como enfatizadores do papel do jogo e do faz de conta na aquisição da leitura e da escrita. Em suas obras, Piaget e Vygotsky tratam profundamente da interação de vários fatores determinantes para o desenvolvimento humano.

Para Piaget, o pensamento lógico e a fala socializada devem ser necessariamente precedidos de capacidade lúdica e imaginativa da criança. Bruner destaca que a ação cooperativa entre os pais e a criança se dá principalmente em formas de jogos, que estabelecem rotinas de comportamentos a partir das quais os significados são negociados. Por outro lado, Vigotsky mostra que a criança é capaz de fazer um objeto representar outro. Como a

aprendizagem da escrita envolve esse tipo de capacidade, pode-se perguntar se um dos fatores que levam à dificuldade de alfabetização não seria a falta de estimulação para o jogo e a brincadeira, anterior à fase de alfabetização. (KATO, 2005, p. 24).

Piaget é o principal expoente da abordagem do desenvolvimento cognitivo. Para ele, o desenvolvimento comporta dois aspectos. Um aspecto psicossocial, onde tudo o que a criança recebe vem de fora, aprende por transmissão familiar e escolar, e outro aspecto que é o espontâneo ou psicológico, que é o desenvolvimento da inteligência e se refere ao que a criança aprende sozinha, aquilo que deve descobrir por mesmo. (KRAMER 1999, p. 32).

O desenvolvimento intelectual, para Piaget, ocorre do mesmo modo que o desenvolvimento biológico. Os processos cognitivos, não acontecem separados da adaptação do indivíduo ao meio já que se adaptar é uma tendência inerente a qualquer espécie. A organização do conhecimento é considerada a habilidade para integrar estruturas físicas e psicológicas em sistemas coerentes de funcionamento. Fica claro, portanto, que as crianças não possuem os mesmos tipos de raciocínio que os adultos e atingem a maturidade psicológica gradualmente. A inserção de valores, regras e símbolos para as crianças ocorre por meio de dois mecanismos: assimilação e acomodação. A assimilação consiste em incorporar objetos e conhecimentos sobre o mundo em esquemas cognitivos já existentes. A acomodação, por sua vez, refere-se a modificações nos esquemas que se dão por influências do meio externo. (FREITAS, et. al, 2016, p. 88).

Segundo Piaget (2007) o conhecimento infantil acontece por meio de descobertas da própria criança, é construído pelo próprio aluno e não pelo professor. Por isso, sua teoria inaugura o que chamamos hoje de correntes construtivistas. Em suas propostas construtivistas, o professor assume um papel de colaborador da aprendizagem, incentivando o aluno para que chegue sozinho às suas conclusões.

Ao discutir as relações entre desenvolvimento e aprendizagem, Vygotsky (1987) faz uma análise das concepções sobre as mesmas. A primeira teoria, que ainda é mais amplamente aceita, considera o aprendizado e o desenvolvimento independentes entre si (...) Admite a existência de uma relação unilateral: a aprendizagem depende do desenvolvimento, mas o curso do desenvolvimento não é afetado pela aprendizagem (...) A segunda teoria acerca do desenvolvimento e do aprendizado identifica os dois processos. Como o aprendizado e o desenvolvimento são idênticos, nem sequer questiona a relação concreta entre eles. A terceira

escola do pensamento tenta reconciliar as duas anteriores, evitando as suas deficiências. Embora esse ecletismo resulte numa abordagem um tanto inconsistente, realiza uma certa síntese das duas concepções opostas. (VYGOTSKY, 1987, p. 09).

Segundo Kato (2005) a educação surge à medida que se institui a cultura (conhecimentos, crenças, arte, leis, moral, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade). Dessa forma, podemos afirmar que se encontra em todos os ambientes. A pedagogia vem realizando, desde sua constituição como ciência, a tarefa de discriminar os campos da educação vigentes na cultura.

Ferreira (2012) destaca que os marcos fundamentais da terceira infância são o início da escolaridade e da puberdade, que acarretam enormes mudanças no ciclo vital dos indivíduos. É importante destacar que, durante os anos escolares, a criança encontra-se em um contexto complexo, do qual participam família, escola e pares.

O desenvolvimento físico e motor dos 6 aos 12 anos de idade não aponta para grandes mudanças. Nessa fase, a criança já desenvolvera maior parte das suas habilidades motoras e vai refinando-as e aprimorando-as como o passar do tempo.

O papel dos professores na sala de aula

De acordo com Freitas et. al., (2016) a aprendizagem e desenvolvimento são fenômenos complexos e multideterminados. Possuem um ponto fundamental de interligação: as mudanças que ocorrem em momentos específicos na vida dos indivíduos. Enquanto a aprendizagem direciona o olhar para as mudanças pontuais no repertório individual e nas condições promotoras dessas mudanças, o desenvolvimento convida a olhar para as mudanças que ocorrem em etapas e que seguem dentro de certos limites, planos genéticos de determinação. Em ambos os fenômenos, identificamos fatores filogenéticos, ontogenéticos e culturais modulando as mudanças e implicações educacionais dentro e fora da escola.

Melo e Urbanetz (2008) destacam que é na relação ensino-aprendizagem e, mais especificamente no sucesso dessa última que todo o papel dos professores tem pleno sentido. O ato educativo tem como característica a intencionalidade, ou seja, é uma ação proposital que visa um fim, o qual, por sua vez, depende das concepções dos atores presentes no ato educativo.

Segundo Zabala (1998) no que se refere ao papel dos professores no processo inicial de ensino-aprendizagem, há que se destacar as relações interativas que se estabelecem entre os professores, os alunos e os conteúdos da aprendizagem.

Desde princípios do século XX, temos assistido a um debate sobre o grau de participação dos alunos no processo de aprendizagem. A perspectiva denominada “tradicional” atribui aos professores o papel de transmissores de conhecimentos e controladores dos resultados obtidos. O professor ou os professores detém o saber e sua função consiste em informar e apresentar a meninos e meninas situações múltiplas de obtenção de conhecimentos, através de explicações, visitas a monumentos ou museus, projeções, leituras, etc. No caso específico das séries iniciais as atividades lúdicas que são fundamentais para a aprendizagem das crianças. (ZABALA, 1998, p. 27).

Entender a função pedagógica da Educação Infantil é de suma importância para os professores atuantes. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), a criança é um ser social e histórico e que está em processo de formação. E por isto é preciso tomar como meta alguns objetivos gerais, de modo a articular o processo educativo e as necessidades das crianças.

De acordo com Moreno (2007) o trabalho pedagógico infantil deve respeitar a criança quanto aos seus direitos e especificidade, isto é sua essência lúdica, sua constante curiosidade; seu desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social; sua dependência e/ou necessidade de ajuda no cuidado com seu corpo, com sua alimentação, seus pertences etc.

Para Oliveira (2005) no contexto da Educação Infantil deve-se valorizar o profissional e qualificá-lo para sua atuação docente, e o professor deve ser estimulado na sua prática educativa. Isto exige investimentos emocionais, conhecimento teórico-pedagógico além de um comprometimento com o ensino aprendido da criança em suas fases e especificidades educativas. Estas que se caracterizam pelo uso da criatividade e diversidades de atividades que envolva a criança em sala de aula.

De acordo com a LDB em seu art. 62 a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, [...] como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental. (BRASIL, 1998).

Metodologia

Para se atingir os objetivos previamente definidos no artigo, metodologicamente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com levantamentos de dados em publicações acerca do tema proposto para estudo. Fez-se uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa descritiva, com questionário de sondagem direcionado a uma professora da área da Educação Infantil que atua em uma Creche, objetivando entender suas atividades, suas dificuldades e seus acertos na prática educacional.

De acordo com Silva (2003, p. 61) as vantagens da pesquisa bibliográfica se dão quando o problema pesquisado requer dados muitos dispersos pelo espaço, como exemplo os estudos históricos sobre a Educação Infantil que foi o foco central da pesquisa.

Segundo Gonçalves (2001, p.67), A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

Segue abaixo as perguntas do questionário aplicado na pesquisa: 1 - Quais as principais atividades desenvolvidas pelo professor junto aos alunos da Educação Infantil?, 2 - Em sua opinião, os professores de Educação Infantil estão bem preparados para exercer suas práticas pedagógicas em sala de aula?

Análise e Discussões

Os resultados a seguir foram coletados a partir de um questionário de sondagem com apenas duas perguntas, junto à professora de Ensino Infantil, na Creche Cantinho do Céu, graduada em Pedagogia, Márcia de Souza.

Quadro 1 – Sobre atividades

Pergunta 1	Resposta
Quais as principais atividades desenvolvidas pelo professor junto aos alunos da Educação Infantil?	Atividades que envolva o nome do aluno; reconto de histórias; leitura do reconto pelo aluno a partir de uma temática, seja: poemas, músicas, leituras, etc. Atividades lúdicas, com brincadeiras, com formas, números e letras.

Fonte: Dados da Pesquisa

Segundo a professora Márcia de Souza, indagada sobre as principais atividades elaboradas junto aos alunos da Educação Infantil, a mesma relatou que realiza leituras, reconto da leitura pelo aluno, atividades escritas a partir de uma temática: seja poema, música, leitura, atividades lúdicas com brincadeiras educativas, com cores, formas, números e letras. A mesma evidenciou resultados positivos com as atividades descritas.

Quadro 2 – Sobre o exercício da prática pedagógica

Pergunta	Resposta
Em sua opinião, os professores de Educação Infantil estão bem preparados para exercer suas práticas pedagógicas em sala de aula?	Sim, pois o município está sempre promovendo formação continuada para preparar o professor na sua prática, trocando conhecimentos e buscando novos aprendizados.

Fonte: Dados da Pesquisa

Constatou-se que a professora quando indagada sobre a prática da Educação Infantil na Sala de Aula, se considerava bem preparada para exercer suas funções, porque o município proporciona a capacitação e reciclagem dos professores. Preparando os docentes em suas práticas educacionais, trocando conhecimentos, experiências e novos aprendizados.

Conclui-se que apesar de todos os desafios, os profissionais da Educação Infantil estão buscando se aperfeiçoar cada vez mais para exercerem suas atividades com zelo e com conhecimentos que visam proporcionar um início de alfabetização que possa trazer dignidade e autonomia a seus educandos, visando formar futuros cidadãos conscientes de seus deveres e direitos dentro da sociedade.

Considerações Finais

Conclui-se o presente estudo, destacando que sendo as crianças sujeitos históricos e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende e constrói sentido, sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Compete ao professor da Educação Infantil, ser o agente facilitador das questões anteriormente citadas, e que ficou bem evidenciado ao longo do estudo, os anos iniciais da educação são fundamentais para o êxito ou o fracasso na educação escolar das crianças.

O processo ensino aprendizagem deve levar os professores, a entenderem que os conhecimentos não são únicos, são plurais e a aprendizagem se faz como produto, aquisição e também enquanto processo de narração, e como citado no estudo, quando o professor se pauta pelas relações interativas que se estabelecem entre eles e as crianças a educação nos anos iniciais se torna uma realidade concreta e positiva.

Referências

- BARBOSA, M.C.S. **Por amor e por força: rotinas na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed. 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1998.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 setembro. 2019.
- FARIA, Ana Lúcia G. de. **Educação Pré-Escolar e Cultura: para uma pedagogia da Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 1999.
- FERREIRA, J.C. **Planejamento na Educação Infantil: reflexões sobre teorias e práticas**. Itajaí. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Itajaí-Itajaí, 2012.
- FREITAS, Márcia de Fátima L. de. PINTO, Rosângela de Oliveira; FERRONATO, Raquel Franco. **Psicologia da educação e da aprendizagem**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A. 2016.
- GIL, D.B. **Organização da rotina na Educação Infantil: um olhar para o tempo, o espaço e o brincar**. 2014. Monografia (Especialização em Trabalho Pedagógico na Educação Infantil) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

- GONÇALVES, Elisa Pereira. Iniciação à pesquisa científica. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.
- KATO, Mary. **No Mundo da Escrita**. Uma Perspectiva Psicolinguística. 7 ed. São Paulo: Ática, 2005.
- KRAMER, Sonia et. al. **Infância e Educação Infantil**. Campinas, SP: Papirus, 1999.
- KEFTA, Silvana. **Metodologia de Ensino e Educação Infantil: Algumas Considerações Sobre a Trajetória da Escola Infantil no Brasil**, 2011.
- KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- MELO, Alessandro de; URBANETZ, Sandra T. **Fundamentos da didática**. Curitiba: IBPEX, 2008.
- MORENO, Gilmar L. **Organização do trabalho pedagógico na instituição de Educação Infantil**. In: PASCHOAL, Jaqueline Delgado (org. Trabalho pedagógico na Educação Infantil. Londrina: Humanidades, 2007.
- OLIVEIRA, Zilma R de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- PIAGET, Jean. Epistemologia genética. Tradução de Álvaro Cabral. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007
- PIMENTA, Selma Garrido. **Funções Sócio-Históricas da Formação de Professores da 1ª a 4ª série do 1º Grau**. Série Ideais .3. São Paulo: FDE, 1992.
- SILVA, Antonio Carlos Roberto da. **Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2003.
- SOUZA, Regina Célia de; BORGES, Maria Fernanda T. **A práxi na formação de educadores infantis**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 7ªed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- ZABALA, Antoni. **A prática educativa – Como Ensinar**. Trad. Ernani F. da F. Rosa – Porto Alegre: Artmed, 1998.

●

Como citar este artigo (Formato ABNT):

DIAS, Elaine Cristine da Silva; FRANÇA, Aurênia Pereira de. Educação Infantil: A Ação Docente no Processo de Ensino e Aprendizagem. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Dezembro/2019, vol.13, n.48, p. 875-888 . ISSN: 1981-1179.

Recebido: 01/12/2019

Aceito: 03/12/2019